

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS
HUMANOS E CIDADANIA.

CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS
DO DISTRITO FEDERAL



477ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL

Às nove horas e dezessete minutos do dia dois de fevereiro de dois mil e doze, na Escola de Governo, sala 7, reuniu-se a quadringentésima septuagésima sétima reunião ordinária deste conselho, sob a presidência do conselheiro Mário Gil Guimarães e presentes os conselheiros: Osmar Alves de Melo, Cirlândio Martins dos Santos, Luiz Alexandre Gratão Fernandes, Lívia Márcia Faria e Silva, Daisy Rotávio Jansen Watanabe, Laura Beatriz Castelo Branco Alves S. Rito, Francisco Ramalho Medeiros, César Ricardo Rodrigues Cunha, Aryadne Marcia Argolo Muniz, Rosemary Soares Antunes Rainha, Edilson da Silva Santos, Luiz Geraldo Matheus Figueira, Maraísa Bezerra Lessa, Julio César Pimentel de Santana, Maria Anália j. Pereira, Lidia Dourado Climaco, Maria do Socorro Paiva Garrido, Jurema Nascimento e Sergio Luiz de Oliveira. E ausentes: Conselheira Olga Maria Pimetel, por estar em gozo de licença à maternidade. A seguir serão resumidas, na ordem cronológica em que foram abordadas, as discussões e deliberações. Dando início aos trabalhos, o presidente leu a pauta prevista para a reunião e abriu para inclusões. O conselheiro Cel Cirlândio sugeriu inversão dos itens da pauta, permitindo iniciar os trabalhos com a apresentação e avaliação do vídeo REVES. Como não houve nenhum pronunciamento contrário, a solicitação do conselheiro foi atendida. Presidente passou ao Secretário Executivo para leitura da ata da reunião anterior, que após lida, foi aberto para debates e votação. Conselheiro Francisco Ramalho solicitou a inclusão do tema debatido na reunião anterior que foi sobre a abertura de um blog do CONEN para troca de informações entre os conselheiros. A Conselheira Daisy Rotávio solicitou as atas do exercício de 2011 para que pudesse fazer um resumo do trabalho deste conselho à sua Secretaria. Como não houve mais nenhum pronunciamento o presidente pediu aprovação da ata com as inclusões que, após aprovado por todos os presentes. Dando continuidade aos trabalhos, foi apresentado o vídeo produzido pela Subsecretaria de Programas Comunitários, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal SUPROC-SSPDF de nome REVES. Após, o Conselheiro Cel Cirlândio falou sobre o projeto e da necessidade de distribuição do material objetivando uma campanha de conscientização em escolas públicas e particulares, igrejas e instituições, mas que necessitava da certificação deste conselho. Conselheira Maria Analia parabenizou o trabalho realizado e da iniciativa de traze-lo até o CONEN/DF. Conselheiro Ramalho fez uma homenagem ao trabalho que o Conselheiro Cel Cirlândio desenvolve no enfrentamento às drogas. Como não houve mais nenhum pronunciamento, o presidente fez leitura do termo de aprovação do documentário que, após votado, foi aprovado por todos os conselheiros presentes e entregue ao Conselheiro Cel. Cirlândio. Passando para o segundo item da pauta, o presidente fez uma breve explanação sobre as Câmaras Técnicas, dos trabalhos a serem desenvolvido e da necessidade de definição dos critérios de funcionamento das câmaras. Passando a palavra, o Secretário Executivo fez a leitura do Regimento Interno no que tange as Câmaras Técnicas. O Presidente destacou o artigo 24 onde diz que a composição de cada Câmara Técnica, seu funcionamento, coordenadores e membros serão definidos pelo colegiado. Presidente elencou as Câmaras Técnicas e solicitou os nomes para composição de cada. Após vários debates e sugestões de participação, o presidente propôs uma nova reunião objetivando definir critérios de composição e desenvolvimento das câmaras. Dando continuidade a pauta, a conselheira Aryadne Marcia abriu os trabalhos lendo o parecer avaliatório da comunidade terapêutica VIDA PLENA, passou o vídeo mostrando as instalações da comunidade e concluiu oferecendo o parecer de concessão de registro precário, ou seja, de um ano, em face da ausência de alguns documentos. A conselheira Maria Garrido



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA.

CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL



sugeriu a relatora de encaminhar um ofício à comunidade dando um prazo para entrega dos documentos e, caso atendido, concessão do registro definitivo. Conforme ela conhece o trabalho e a dedicação desta comunidade. Não havendo mais pronunciamento, o presidente pediu aprovação do relatório, onde foi aprovado o parecer do relator mais a sugestão da conselheira Maria Garrido. Dando continuidade, a conselheira Aryadne Marcia fez a leitura do parecer avaliatório da comunidade terapêutica MULHERES DE DEUS. Após concluído, ofereceu o parecer de concessão de registro precário, em face das instalações e que a comunidade tenha o compromisso de apresentar uma proposta de adequação. Conselheiro Sérgio Luiz fez um elogio ao trabalho que a comunidade Mulheres de Deus. Acrescentou ainda que as instalações daquela comunidade estão sendo melhoradas gradativamente, pelo fato de sua sobrevivência ser através de doações. O presidente pediu votação do relatório, onde foi aprovado pelos conselheiros presentes. Dando continuidade, a conselheira Lídia Dourado fez a leitura do parecer avaliatório da comunidade terapêutica AMAI, ofereceu o parecer de concessão de registro precário em face da necessidade de algumas adequações. Como não houve nenhum debate, o presidente pediu votação do relatório, onde foi aprovado pelos conselheiros presentes. Não tendo mais relatórios a apresentar, o presidente passou para o próximo item da pauta, abrindo para assuntos gerais. O Sr. Antônio Negrão fez uma denúncia sobre o recebimento de um panfleto, distribuído nas ruas, da comunidade terapêutica Leão de Judá. Presidente aproveitou para despachar o processo para concessão do CEAAD/DF desta mesma instituição e solicitou aos conselheiros que, quando da visita, pudessem apurar as circunstâncias desta panfletagem e, também, da ação de pedinte. Presidente apresentou a todos os conselheiros o processo de consulta à assessoria jurídica da Secretaria que ofereceu o parecer contrário a antecipação da plenária de janeiro. Ainda o presidente, justificou que o JETON do mês de Janeiro somente será pago no mês de fevereiro tendo em vista que a plenária ocorreu após o encerramento da folha e descartou a possibilidade de pagamento via pagamento complementar. O presidente fez distribuição de processo para concessão do CEAAD/DF e também para fiscalização. O presidente informou que por uma questão regimental as atas de encontro deste conselho serão publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF. Conselheira Rosemary Rainha questionou que a publicação pode gerar custos altos. O Conselheiro Osmar Alves sugeriu a publicação apenas do extrato da ata. Presidente então fez a proposta de publicar o extrato da ata no DODF e, na íntegra, no site da Secretaria de Justiça. O conselheiro Ramalho apresentou uma proposta que a ata seja publicada na íntegra em ambos. Presidente então pediu a votação dos conselheiros onde, após votado, a maioria dos conselheiros presentes aprovaram a sugestão do presidente. Nada mais havendo a tratar, às onze horas e quarenta e nove foi encerrada a sessão. E, para constar, eu, Alexandre Rocha, redigi, lavrei e datei o presente ata que, após lida, vai assinada por mim e presidente.

MÁRIO GIL GUIMARÃES
Presidente

ALEXANDRE ROCHA DE MATOS
Secretaria Executiva

